SinproRio 2026

LETRAMENTO HISTÓRICO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Jeferson do Nascimento Machado[1]
Leonor Dias Bombarda[2]
Letícia Farias dos Santos[3]
Valter Eleoterio dos Santos

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o letramento histórico como alternativa ao ensino tradicional e seus desdobramentos no desenvolvimento da consciência histórica, com vistas a emancipação humana. Em relação à metodologia, configurou-se como uma pesquisa de caráter teórico-descritivo, com base na seleção e na análise de literatura brasileira fundamentada na historiografia e no Ensino de História, considerando suas quatro dimensões essenciais: a temporalidade, os conceitos/categorias, as narrativas/escritas e os procedimentos e métodos. Concluímos que essas quatro dimensões são cruciais para poder desenvolver um pensamento histórico-crítico-emancipatório. Constatou-se que o letramento histórico, quando abordado em sua totalidade, possui um papel preponderante no processo de emancipação humana, capacitando os indivíduos a ler criticamente o passado e intervir conscientemente no presente.

Palavras-chave

Letramento Histórico; Consciência Histórica; Emancipação Humana; Ensino de História.

[1]- UEM
[2]- UEM
[3]- UNICENTRO

ABSTRACT

This article aims to analyze historical literacy as an alternative to traditional teaching and its developments in fostering historical consciousness, focusing on human emancipation. Regarding the methodology, it was configured as a theoretical-descriptive research, based on the selection and analysis of Brazilian literature grounded in historiography and History Teaching, considering its four essential dimensions: temporality, concepts/categories, narratives/writings, and procedures and methods. We realized that these four dimensions are very important for developing an emancipatory, critical-historical thinking. It was found that historical literacy, when addressed in its totality, plays a preponderant role in the process of human emancipation, enabling individuals to critically read the past and consciously intervene in the present.

Keywords

Historical Literacy; Historical Consciousnes; Human Emancipation; History Teaching.

Introdução

A educação é uma esfera privilegiada da formação intelectual e, especificamente, a alfabetização e o letramento têm sido objeto de debates entre educadores, tanto no sentido da conceituação quanto da elaboração de metodologias mais eficazes para a melhoria do ensino. Além disso, a sociedade tem se mobilizado em defesa da educação pública e de qualidade, cobrando dos governos melhorias e ampliação do ensino. Isso torna evidente que, embora estejamos em um período de alta tecnologia - com bancos de dados, com informações das mais diversas, disponíveis em mecanismo de pesquisa como o Google, Bases scielo, pub entre outras, além das bases de Inteligência Artificial - a leitura e a escrita continuam sendo primordiais na linguagem e comunicação, uma vez que não há cidadania plena e nem possibilidade de emancipação humana, sem o letramento. Como observou Paini, *et all* (2007), a

escrita, que deu voz à oralidade e aprisionou o tempo, é uma condição básica de participação política, cultural e econômica. Assim, ao abordarmos especificamente o letramento histórico, buscamos estabelecer as relações entre a historiografia, a prática docente e a consciência histórica, da qual extraímos os seus desdobramentos no processo de emancipação humana, esperando contribuir para os avanços teóricos e sociais.

Em relação a historiografia, pontuou-se que a história é resultado da pesquisa realizada através da mobilização das relações sociais. Entretanto, não se trata de uma reprodução mecânica de um passado morto, mas sim de uma constante ressignificação e atualização advindas de demandas do tempo presente que servem de orientação para o agir concreto dos seres humanos concretos (Dalazona, 2020, p.12). A consciência histórica, esteve subsidiada nas contribuições teóricas de Jörn Rüsen, o qual aponta que "A consciência histórica tem uma função prática: confere à realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica" (Rüsen, 1992, p.33). No que diz respeito à emancipação humana, compreendeu-se enquanto o grau superior de libertação, que não se reduz apenas à liberdade do ponto de vista político ou jurídico. Porém, trata-se da instância onde são superados todos os mecanismos sociais que oprimem e limitam o indivíduo na realização de suas potencialidades enquanto ser humano. Momento em que a emancipação torna-se o resultado da conjugação da vida pessoal e social.

Em específico a questão da alfabetização e o letramento, embora uma se distingue da outra enquanto morfologia, aqui a consideramos intrinsecamente relacionada. A alfabetização é o conceito que busca expressar o processo de inserção de uma pessoa, criança ou adulto, na cultura da leitura e da escrita. Diz respeito ao domínio dos códigos linguísticos. Nesse sentido, Soares explica que a alfabetização "[...] é um processo de representação de fonema e grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito.[...]" (Soares, 2013, p.16). Quando alguém não possui esse domínio linguístico, diz-se que se encontra em uma situação de analfabetismo, que segundo Foucambert significa a:

> [...] impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas. Esse analfabetismo provém da ausência de alfabetização. (Foucambert, 1994, p. 18).

Por outro lado, o conceito de letramento diz respeito ao uso sócio-cultural dessa linguagem apreendida. Nessa direção, argumentam as autoras Ana Maria de Oliveira e Jane Cristina de Souza Andrade, que:

> O letramento compreende a apropriação das técnicas próprias da alfabetização, utilizando-as em relação a aspectos de convívio social e, facilmente, adquirindo o hábito de utilização de leitura e escrita no seu cotidiano (Oliveira; Andrade, 2013, p. 16).

Portanto, trata-se de um salto qualitativo de uma leitura e escrita "técnica" para uma leitura e escrita "teórica". Nessa leitura teórica, alarga-se a compreensão e os códigos linguísticos passam a ser aplicados na intervenção da realidade objetiva e subjetiva. Os indivíduos que, por algum motivo, não conseguiram adquirir esse domínio linguístico, são considerados iletrados, diferenciando da concepção de analfabetismo.

Foucambert (1994) faz questão de diferenciar os termos analfabetismo e iletrismo pelo fato de contextualizarem realidades diferentes. O iletrismo não está diretamente relacionado com a alfabetização, todavia o analfabetismo funcional é consequência direta do iletrismo, especialmente pelo desuso da escrita no cotidiano (Paini *et all*, 2007). Do mesmo modo, o iletrismo é consequência do analfabetismo. Por isso, a alfabetização e o letramento devem ser considerados dialeticamente, visto que o processo de ensino bem-sucedido deve alfabetizar ao mesmo tempo que aplica o letramento. Após o letramento inicial, o estudante se insere no processo de enriquecimento da sua subjetividade, o que significa dizer que o estudante vai ampliando o seu letramento. Assim, pode-se falar também de um letramento científico, tal como o letramento em Matemática ou Biologia; também pode-se apontar para um letramento filosófico e histórico, este último foco deste escrutínio.

Entretanto, não podemos ser ingênuos quanto às dificuldades impostas pelo próprio *status quo*. De acordo com Mortatti (2004), o desdobramento histórico da alfabetização no Brasil foi marcado pelas desigualdades sociais e educacionais, as quais ainda persistem até os dias atuais. A dinâmica própria do sistema vigente impõe desde barreiras econômicas até culturais para o processo de alfabetização e letramento. Professores e equipe pedagógica são desafiados a trabalhar em escolas com pouca estrutura, faltando materiais e espaços para leitura, o que implica em escassos recursos pedagógicos para o letramento e alfabetização. Isso significa que os profissionais da educação devem otimizar os processos educacionais, considerando as condições concretas. Paralelamente, cabe à sociedade, em sua totalidade, organizar-se e lutar para que as escolas se tornem ambientes mais favoráveis para o ensino-aprendizagem.

Levando tudo isso em consideração, este artigo tem por objetivo analisar o letramento - especificamente vinculado à História, como alternativa ao ensino tradicional - e seus desdobramentos no desenvolvimento da consciência histórica, com vistas à emancipação humana. Em relação à metodologia, configura-se como uma pesquisa de caráter teórico-descritivo, com base na seleção e na análise de literatura brasileira fundamentada na historiografia e no Ensino de História, considerando suas quatro dimensões essenciais: a temporalidade, os conceitos/categorias, as narrativas/escritas e os procedimentos e métodos. Quanto à organização do texto, este estudo é apresentado em dois momentos, no primeiro momento tratamos do letramento histórico, onde elaboramos a discussão acerca das quatro dimensões históricas, bem como a concepção de consciência histórica. No segundo momento tratamos da emancipação, onde buscamos mobilizar a concepção de letramento histórico e conjugá-la com a concepção de emancipação humana.

Letramento histórico

Saber ler e escrever é primordial para a aquisição do esclarecimento e esse, por sua vez, sempre foi visto como necessário para a modernização e o desenvolvimento social (Mortatti, 2006). No Brasil, em específico, en-

frenta-se um grande problema: muitos dos alunos alfabetizados não são letrados. Por conseguinte, estes alunos sabem escrever e ler, todavia não conseguem se apropriar e aplicar esse conhecimento. É neste sentido que Magna Soares (1998, p.39) explana que a apropriação da escrita e da leitura é diferente de saber ler e escrever, pois no primeiro caso, podemos dizer que existiu a posse de uma tecnologia, que é a de decodificação da linguagem escrita; já apropriar-se significa tornar a escrita enquanto sua propriedade.

A superação do problema do letramento faz-se necessária, pois o letramento é um instrumento fundamental na construção de cidadãos críticos, que sejam capazes de intervir positivamente na realidade, tornando-a mais justa e eficiente. Portanto, o letramento deve ser uma meta de toda a sociedade, pois como nos faz lembrar Soares, devemos:

> [...] dar condições para que o indivíduo- criança ou adulto - tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena. (Soares, 1998, p.33)

Todavia, para que este letramento ocorra, os profissionais da educação devem recorrer a metodologias que sejam eficientes e, por vezes, forjar suas próprias estratégias para atender as especificidades dos estudantes. Embora o método por si só não resolva os problemas da alfabetização e do letramento, por outro lado, também não se pode conceber o processo de ensino sem métodos, sem conteúdos e objetivos (Mortatti, 2006).

No campo dos componentes curriculares, encontra-se o letramento disciplinar: letramento matemático, geográfico, filosófico, sociológico, artístico, histórico, etc., portanto, trata-se da especificidade da leitura e escrita na esfera do conhecimento. Assim sendo, pode-se apontar que alguém alfabetizado em história é aquele capaz de conhecer alguns fatos, algumas datas e conseguir reproduzi-los; todavia, uma pessoa letrada em história, diz respeito ao indivíduo que, para além de memorizar

fatos, consegue compreender a dinâmica do tempo histórico (passado, presente e futuro) e a conjuga com sua a própria experiência, servindo-se da história enquanto orientador da vida social. Além disso, o letramento histórico produz no indivíduo as noções em torno do saber articulado às fontes e aos métodos, os quais contribuem para a formação de sujeitos mais críticos e blindados à pseudociência e ao negacionismo.

Também, o letramento histórico é de fundamental importância para a constituição das identidades locais, regionais e nacionais, que, por sua vez, desdobra-se na constituição e no aprimoramento da cidadania. Conjuntamente à constituição da cidadania, denota-se o aspecto emancipatório do letramento, visto que o saber histórico amplia a consciência e empodera os indivíduos marginalizados, excluídos, silenciados, os quais E.P Thompson denominou como os de baixo.

No Brasil, explica Helenice Aparecida Bastos Rocha (2020), o termo letramento histórico aparece nos PCNs (Documento Curriculares Nacionais), mas não de forma explícita, e na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ocorre algo similar. Aliás, a palavra letramento não é mencionada nas apresentações específicas de cada área, pois "[...] são apresentadas competências que requerem o domínio da leitura, escrita e argumentação, porém sem menção ao termo letramento" (Rocha, 2020, p. 285).

Ainda, Rocha pontua que desde o início do século XXI, diversos autores, dedicados a problemática do letramento histórico no Brasil, chamam a atenção para "[...] o problema do possível vazio entre o letramento inicial dos alunos da escola brasileira e a pretensão do letramento histórico, na perspectiva escolar, a partir das queixas reiteradas de professores do ensino básico" (Rocha, 2020, p. 285).

Dentre as publicações internacionais, Rocha (2020,) destaca os estudos de Isabel Barca, que elabora o argumento que a "literacia histórica" não é restrita apenas a competência de leitura e compreensão linguística e que, na contemporaneidade, as discussões têm sugerido que a "literacia histórica" é o caminho privilegiado para a constituição daquilo que o filósofo da história Jörn Rüsen chamou de consciência histórica. Nessa mesma direção, conforme aponta Rocha (2020), o pesquisador Peter Lee ressalta essa conjugação entre a "historical literacy" e a consciência histórica.

Acerca do conceito de consciência histórica, Geyso Germinari e Marcos Roberto Barbosa (2012), chamam a atenção para sua presença em documentos oficiais da educação, tal qual "As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná". Além disso, os autores explicam o que Jörn Rüsen compreendia como consciência histórica:

> [...] a consciência histórica é o conjunto "das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência" da mudança temporal "de seu mundo e de si mesmo, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo", expressa pela narrativa histórica, como destaca as Diretrizes Curriculares (Germinari e Barbosa 2012, p.745).

Portanto, a forma linguística usada pela consciência histórica para realizar sua orientação é a da narração. Desse ponto de vista, o ensino de história se volta para o processo subjetivo dos sujeitos e a sua vida prática, levando em consideração a cognição histórica situada que articula as três temporalidades humanas (passado, presente e futuro), "com o intuito de interpretar o presente a partir da experiência no tempo e projetar ações referentes ao futuro" (Germinari e Barbosa, 2012, p.745). Levando esses pontos em considerações, os autores postulam que:

> Nessa perspectiva, ensinar e aprender História significa desenvolver competências pautadas no conhecimento histórico. Um aluno competente nos estudos Históricos é capaz de compreender a História como uma ciência particular, que admite a existência de múltiplas explicações ou narrativas sobre o passado, contudo, sem aceitar o relativismo de todas as explicações sobre o passado e o presente, mas, pelo contrário entender a objetividade dos processos históricos.

> Dessa forma, o passado e o presente precisam ser interpretados com base em evidências históricas, que podem ser construídas pelo indivíduo, a partir da relação com diferentes fontes " (Germinari e Barbosa, 2012, p.748).

Dessa forma, pode-se considerar que o letramento histórico se realiza na medida que aulas de História consigam desenvolver nos es-

tudantes a cognição histórica, viabilizando a capacidade mental de compreender e atribuir sentido ao tempo. Um dos meios articulados seria o trabalho com fotografias e arquivos particulares desses estudantes, onde, nessa metodologia, surja a conexão entre o que trazem de vivências da comunidade escolar à sala de aula no ensino de história.

Em relação aos métodos mais adequados para este letramento, coloca-se a questão de que "o letramento histórico possui uma faceta de internalização do conhecimento social pela mediação cultural. " (Rocha, 2020, p. 287), tal qual sugere Peter Lee. Isso significa dizer que as metodologias serão desdobramentos das realidades escolares e das singularidades dos estudantes, por isso o que fica evidente é a necessidade de uma perspectiva pluralista de letramento histórico. Por conseguinte, uma perspectiva plural pressupõe que: "todas as mediações (escolares ou não) em torno da história (escolar ou não) resultam, de certa forma, em algum letramento histórico" " (Rocha, 2020, p. 288).

Entretanto, vale considerar que existe um núcleo essencial que deve ser abordado pelo professor para que o letramento histórico ocorra. Sobre isso, Rocha (2020) sugere que os educadores devem trabalhar com pelo menos quatro dimensões da História, que são basilares e úteis para a construção do pensamento crítico, quais sejam: a temporalidade, os conceitos/categorias, as narrativas/escritas e os procedimentos/métodos. Em relação a dimensão temporalidade, reforçamos também a concepção de processo histórico, conceito que está relacionado também com todas as quatro dimensões. Estas dimensões estão alicerçadas sobre dois eixos: o da linguagem e do conhecimento histórico.

Em relação aos dois eixos, deve-se considerar que a linguagem é essencial por que os "acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem" (Koselleck, *apud* Rocha, 2020, p. 290). O conhecimento histórico está intrinsecamente relacionado com a linguagem, podendo ser descrito, não como um eixo a parte como a autora sugere, mas enquanto uma especificidade da linguagem.

No que diz respeito à temporalidade, trata-se de uma categoria fundante para a ciência histórica e, por isso, deve ser trabalhada nas aulas de história, explorando com os estudantes o vocabulário temporal:

cronologia, anacronismo, diacronia, sincronia, tempo vivido, tempo refletido, tempo religioso, tempo histórico etc. Nisso, os valores morais e as experiências são transformados em totalidades temporais: "tradições, conceitos de desenvolvimento ou outras formas de compreensão do tempo. [...] mediados e sintetizados em tais concepções de mudança temporal". (Rüsen, 1992, p.34a)

Em relação à dimensão da escrita, o professor de história deve abordar as questões relacionadas ao processo de escrita da história, considerando as fontes históricas e as interpretações feitas a partir delas. Conjuntamente, deve considerar a relação dialética entre a escrita e a leitura, pois não existe escrita sem a leitura e, neste sentido, a leitura dos textos históricos e fontes devem ser realizados em conexão com o entendimento que:

> [...] a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados. Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, a liberdade do leitor para deslocar e subverter aquilo que o livro lhe pretende impor. Porém, como esclarece Chartier (1998, p. 77), essa liberdade de leitura não é jamais absoluta, mas é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Podemos afirmar que os sentidos daquilo que lemos também são produzidos socialmente, então é necessário que saibamos entender o contexto e compreender a cultura para que possamos interpretar de forma mais adequada o que se passa ao nosso redor. (Paini *et al*, 2007 p. 229)

Com base nisso, cabe ao professor assumir um papel mediador que transcende a mera transmissão de conteúdo, competindo-lhe trazer para o debate em sala de aula as concepções epistemológicas de verdade, perspectiva, ficção, confiabilidade e contexto, para que os alunos desenvolvam a capacidade de leitura crítica e autonomia para analisar as questões relacionadas ao negacionismo e à distorção histórica, preparando-os para desmantelar narrativas simplificadoras e manipulatórias. Compete ao educador capacitar os indivíduos a distinguirem os escritos memorialistas, jornalísticos, literários e religiosos da escrita histórica propriamen-

te dita. Essa distinção de gêneros e intencionalidades é vital para evitar a confusão de temporalidades e métodos.

Quanto à dimensão conceitual, diz respeito ao ato de apresentar os conceitos basilares da História, explorando inclusive o significado da própria palavra *história*. De modo geral, o professor vai abordar conceitos relacionados à teoria da história e vai demonstrar que os próprios conceitos possuem uma história. No que diz respeito à dimensão procedimental, remete-se à abordagem do trabalho do historiador e os procedimentos utilizados para a constituição da escrita da história. Nesse momento o educador vai inserir os estudantes no raciocínio histórico, demonstrando que o historiador percorre um caminho para chegar a uma determinada conclusão. Aqui concerne aos professores demonstrar a importância das evidências e do uso de métodos adequados para escrever a História. E quanto às evidências, o historiador Eric Hobsbawm no faz lembrar que:

> É essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287)

A respeito do processo histórico, que possui uma relação intrínseca com a dimensão da temporalidade, relaciona-se aquilo que alguns chamam de "conteúdo da história", ou seja, o trato dos denominados "fatos históricos ","eventos ","conjuntura ","continuidade ","descontinuidade " etc. Entretanto, vale apontar que esse processo histórico deve ser abordado criticamente e em consonância com as particularidades dos estudantes. Além disso, deve-se abordar o processo histórico a partir de uma lógica dos vistos de baixo, pois ao trazer a história de indivíduos e grupos sociais que foram silenciados ao longo da História, cumpre-se um papel fundamental no empoderamento e na formação de consciência de determinados grupos sociais, tais como os operários, camponeses, as mulheres, os negros, os povos nativos, etc.

Por fim, todo esse processo histórico é constituído de temporalidades e categorias, as quais são estudadas e reconstituídas através de procedi-

mentos peculiares a História e a sua divulgação ocorre mediante a escrita científica. Assim, denota-se que o educador deve buscar a conexão entre essas dimensões em toda aula, pois elas não ocorrem de modo separado.

Emancipação

O historiador Hobsbawm (1998), durante uma conferência inaugural, na Universidade da Europa Central em Budapeste, teceu alguns interessantes comentários sobre o impacto do historiador na sociedade. E, desta maneira, refletindo sobre o ofício do historiador, salientou que, diferente do que acreditava, a sua profissão também tinha um potencial na produção de danos. Assim, para o historiador da *New Left*, o ofício feito sem a reflexão necessária, poderia ter consequências negativas para a sociedade.

Essa reflexão de Hobsbawm, embora seja dirigida especificamente para o historiador, que é o interlocutor ao qual Hobsbawm se dirige, pode também ser aplicada a reflexão sobre o papel do professor de História, cujas ações do ensino, quando desvinculadas da crítica e do horizonte de emancipação, podem produzir sujeição, submissão e engajamento acrítico no cotidiano social e político, o que do ponto de vista do desenvolvimento social é algo desfavorável. Mas, de qualquer maneira, deve-se considerar que o professor é, também, produto do seu tempo e está emaranhado nas contradições sociais, podendo cair em armadilhas ideológicas, reproduzindo certos equívocos que, por serem hegemônicos, produzem certo simulacro de cientificidade.

Por outro lado há que se considerar que deve existir um esforço dos educadores para aprimorarem suas metodologias, suas concepções teóricas e éticas. Levando isso em consideração, a questão do letramento histórico e o trato das dimensões históricas pode servir para esse fim, ou seja, pode clarear e ajudar a refletir sobre pelo menos alguns pontos fundamentais.

O debate em torno do letramento, em especial ao letramento histórico, como podemos observar no decorrer do texto, tem sido uma constante no campo educacional e, de alguma forma, isso também nos provoca a

refletir sobre o papel do letramento histórico na emancipação humana. Em relação a emancipação, deve-se considerar que a humanidade

> [...] só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "forces propres" [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (Marx, 2010, p. 54).

Portanto, a emancipação se trata do momento em que a nossa vida pessoal e social se conjugam e o poder da sociedade emerge de cada indivíduo. Para tanto, a leitura e a escrita são aliadas deste processo.

> No entanto, como afirma Paulo Freire (1987), não podemos manter a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, contribuirá para alterar as condições de moradia, comida e trabalho. Dado que, além da simples capacidade de ler, estão as formas de inserção das pessoas no tecido social e a distribuição da riqueza econômica e dos bens culturais. Isso implica, entre outras coisas, na possibilidade de que indivíduo, ao se tornar um leitor, ganha mais autonomia em relação à sua própria vida. Ainda que seja consenso de que não há justiça possível sem transformação nas relações de poder, concordamos com Freire, ao defender a idéia de que não existe transformação social sem a contribuição da educação. (Paini et al. 2007, p. 2029)

Embora a educação seja indispensável, a plena emancipação humana precisa da conjugação das mais diversas forças sociais, pois para que o indivíduo emancipado surja é necessário que o individualismo e os dispositivos sociais que o sustentam sejam também superados[4]. Entretanto, não há como pensarmos o processo emancipatório sem a educação, visto que se trata de uma esfera privilegiada na transformação social. Em particular, o letramento histórico deve cumprir o seu papel no processo de emancipação e empoderamento dos indivíduos silenciados.

[4] Adaptação de expressão atribuída a pedagoga russa Nadejda Krupskaia.

Mas para que a História cumpra a sua função educacional e libertária, deve ocorrer um deslocamento do foco exacerbado na memorização de fatos e datas para um modelo de didática que se alicerce sobre a compreensão das dimensões históricas. Esse modelo de aula de História cria condições para a construção de sujeitos mais críticos, menos assujeitados, mais autônomos e engajados na construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

Portanto, vale considerar que o letramento histórico é emancipatório na medida em que ensina o processo de constituição do saber histórico, refletindo sobre as relações as relações de causalidade são estabelecidas e como as evidências são interpretadas pelos historiadores. Desta maneira, a disciplina ajuda na produção de indivíduos que, ao invés de serem meros consumidores de informações, consigam ser agentes mais ativos, capaz de uma análise crítica do mundo que o cerca. Assim sendo, a capacidade crítica de compreender a realidade e avaliar socialmente o que deve ser conservado e o que deve ser superado, leva os indivíduos inevitavelmente da análise do presente à projeção do futuro, que é também um elemento fundamental da emancipação humana. Aliás, as perspectivas que buscam construir modelos de exclusão do futuro, caem no presentismo ideológico que cancela as perspectivas, os anseios e o desejo comum ao ser humano de construir uma outra sociabilidade melhor que a do tempo presente. Sobre este ponto, assinala Sérgio Lessa que:

> Uma reprodução social que funda um presente que não possui futuro demanda, espontânea e necessariamente, ideologias que tratem o futuro como algo não apenas desimportante, mas até mesmo como inexistente. O futuro tem de desaparecer da concepção de mundo para que, no dia a dia, sejam possíveis opções e escolhas que desconsiderem o futuro. Os esforços nesse sentido não têm medida: todos os complexos ideológicos que têm seu fundamento no capital mobilizam suas forças e coordenam suas iniciativas --, por vezes, espontaneamente, outras vezes, com conhecimento de causa. Da mídia às universidades, da imprensa às igrejas, da especialização ainda mais intensa das ciências isoladas ao esvaziamento do pensamento filosófico etc. o futuro vai sendo, quando possível, cancelado – quando impossível, colocado na penumbra. (Lessa, 2015, p.7-8)

Levando em consideração a necessidade de superar esse cancelamento do futuro, o letramento histórico é crucial na desmistificação dessas ideologias presentistas. Com efeito, o letramento histórico ao desvelar o processo pelo qual a história passa e a dinâmica da exploração, bem como as resistências e as constantes transformações sociais que nunca deixaram de ocorrer ao longo da história, leva aos indivíduos a desnaturalizar a visão presentista e conformada com as relações de opressões que o cercam. Este processo de desnaturalização devolve aos indivíduos o futuro enquanto um o campo de possibilidades constituído pela ação social.

A desnaturalização é um processo necessário para o destrave do movimento histórico, o qual é condição *sine qua non* para a superação das relações sociais de sujeição. A libertação das ideias que apontam para o *status quo* enquanto algo inevitável, possibilita o exercício de imaginação e ação para alternativas mais inclusivas e menos opressoras. Com efeito, o letramento histórico ajuda os indivíduos a compreenderem os desdobramentos do passado no presente e nas identidades, de modo que cada sujeito tenha consciência do seu próprio lugar social e compreenda as necessidades da constituição de novas sociabilidades, bem como as possibilidades de ação social para realizar tais mudanças sociais. Portanto, denota-se a importância do letramento na mobilização dos saberes históricos para a práxis social e para os enfrentamentos das narrativas simplificadoras ou manipuladoras.

Considerações finais

Este estudo pretendeu refletir sobre a relevância do letramento histórico como alternativa ao ensino tradicional, baseado apenas na memorização, deslocada da realidade e de vivencias críticas, que demonstram o seu papel no desenvolvimento da consciência histórica e na emancipação humana. Buscamos ao longo do texto apontar que o letramento é condição essencial para a produção de sujeitos críticos, capazes de intervir no tempo presente, tornando-se agentes de transformação social. Enquanto a alfabetização em História, instrumentaliza o aluno com o vocabulário

e os fatos básicos, o letramento avança ao capacitá-lo a ler e interpretar o mundo. Parafraseando Foucambert, precisamos transformar o ledor do passado em um leitor crítico, que consiga entrar em confronto com o texto desvelando seu sentido ideológico e contra-ideológico. E que, ao conjugar a leitura da História com a leitura de mundo, torne-se apto a intervir na realidade social.

Ademais, ressalta-se que a alfabetização se efetiva junto com o letramento, visto que uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler e escrever, mas isso não significa letramento. Assim, uma pessoa letrada é aquela que consegue se apropriar subjetivamente da leitura e da escrita e, através disso, consegue se orientar e avaliar a sociedade a sua volta e suas próprias idiossincrasias.

Evidenciou-se no decorrer deste texto, que o letramento histórico também é relevante para desnaturalizar o presentismo, na medida que desvela o processo contínuo de resistências, transformações sociais e a dinâmica da exploração ao longo da história. Essa abordagem desmistifica as ideologias que buscam o cancelamento do futuro, visto que ao produzir noções em torno do saber articulado às fontes e aos métodos, o letramento histórico contribui para a formação de sujeitos blindados à pseudociência e ao negacionismo, bem como as afirmações acerca do fim da história e da ausência de alternativas ao sistema econômico, cultura e social vigente. Desse modo, a libertação das ideias que apontam o *status quo* como inevitável devolve aos indivíduos a sua capacidade de intervenção na história e as possibilidades de constituir um futuro melhor.

Em conclusão, o letramento histórico cumpre seu papel social ao aprimorar a cidadania e fortalecer as identidades locais, regionais e nacionais, bem como cumpre seu papel ao mobilizar para o debate histórico as problemáticas ao entorno da constituição do País. Ele ajuda os estudantes a compreenderem os desdobramentos do passado no presente, conscientizando-os sobre seu lugar social e da necessidade de constituir novas sociabilidades, que sejam verdadeiramente inclusivas e menos opressoras. Dessa maneira, o letramento auxilia no empoderamento dos sujeitos vistos de baixo, ampliando a consciência sobre as opressões sociais, tornando assim o saber histórico em uma ferramenta de práxis social. Portanto, a abordagem integral das quatro dimensões desenvolve

o pensamento crítico, capacitando os estudantes ao longo do processo de aprendizagem aos desafios sociais e aos enfrentamentos das narrativas simplificadoras ou manipuladoras, corroborando para que a História seja uma ferramenta de orientação para a transformação social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M.A. Para a construção de uma teoria crítica em alfabetização escolar. São Paulo: Cortez, 1995 HOBSBAWM, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GERMINARI, Geyso D.; BARBOSA, Marcos Roberto. A cognição histórica situada: expectativas curriculares e metodologias de ensino. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 741-760, 2012.

HOBSBAWM, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Lukács, Georg. **Notas para uma ética = Versuche zu einer ethik :** edição bilíngüe / Georg Lukács ; tradução: Sérgio Lessa. – São Paulo : Instituto Lukács, 2015.

MARX, K..**Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010

MORTATTI, M. do R. L. **Educação e letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Ana Maria de; ANDRADE, Jane Cristina de Souza. **DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DESAFIO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.** São Sebastião Do Paraíso – Mg: Faculdade Calafiori, 2013.

OLIVEIRA, Viviane Silva e CATARINO, Elisangela Maura. Alfabetização e Letramento: Como alfabetizar a criança autista?. **Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur.**, Luziânia, v. 5, n.3, p. 01-20, 2024.

PAINI, L. D.; GRECO, E. A.; AZEVEDO, A. L.; VALINO, M. DE L.; GAZOLA, S. Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil - DOI: 10.4025/actascihumansoc.v27i2.202. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 27, n. 2, p. 223-230, 13 nov. 2007.

RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competência narrativa en el aprendiaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa,** Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

SOARES, Magda Becker. **Letrando**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.